

PETIÇÃO Nº 13.312 - RS (2020/0058618-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
REQUERENTE : PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS LOPES SCALZILLI - RS016581
FERNANDO JOSÉ LOPES SCALZILLI - RS017230
MARCELO BAGGIO E OUTRO(S) - RS056541
REQUERIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : RAFAEL IANSEN CÉSAR - RS055092
SILVIA DO NASCIMENTO SCHLEMMER E OUTRO(S) -
RS098556

EMENTA

PETIÇÃO. PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL, EM PROCESSAMENTO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA PRESENTE. PEDIDO INDEFERIDO.

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela provisória de urgência requerido por PGL Distribuição de Alimentos Ltda. - em recuperação judicial, no qual pleiteia a atribuição de efeito suspensivo a agravo em recurso especial em processamento.

Noticia a requerente que interpôs recurso especial, sustentando violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, porque o Tribunal de origem teria deixado de levar em consideração que os serviços bancários prestados após o deferimento da recuperação judicial estavam restritos ao interesse de recebimento do crédito pela instituição financeira. Esclarece que, em razão de prévio julgamento de agravo de instrumento na origem, antes da aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, o Banco do Brasil foi autorizado a bloquear mensalmente o valor de R\$ 111.111,11 (cento e onze mil, cento e onze reais e onze centavos) das contas da recuperanda, de modo que teria sido necessária a manutenção das contas bancárias.

Acrescenta que o acórdão recorrido determinou à requerente que inicie os pagamentos ao Banco do Brasil S.A. nas condições estabelecidas no plano de

recuperação judicial para credor quirografário financeiro parceiro. Todavia, impugna em seu recurso especial essa atribuição ao Banco do Brasil S.A., que, ao longo do processo de recuperação, sempre atuou contra a recuperação, tendo votado pela rejeição e pedido a convalidação em falência por diversas vezes.

O recurso especial foi inadmitido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, dando azo à interposição de agravo que se encontra em processamento.

Brevemente relatado, decido.

O deferimento de tutela provisória para concessão de efeito suspensivo a agravo em recurso especial pressupõe a observância do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, sempre a partir da ótica da probabilidade de êxito e utilidade do próprio recurso especial. Assim, o *periculum in mora* deve ser traduzido na urgência da prestação jurisdicional, a fim de evitar a ineficácia do pleito deduzido em juízo, enquanto o *fumus boni iuris* se reflete na viabilidade do pedido recursal.

Em relação à premência do pedido, convém deixar assente que o art. 520 do Código de Processo Civil de 2015, a exemplo do diploma anterior, permite o início da execução provisória da sentença, impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo, na mesma forma que o cumprimento definitivo, sob a estrita responsabilidade do exequente, que haverá de ressarcir a parte adversa, em caso de reversão do julgado, de todos os danos eventualmente sofridos.

Como se constata, o simples início do cumprimento provisório de sentença, expressamente admitido na lei de regência, não importa na caracterização de *periculum in mora*.

Outrossim, o acórdão impugnado foi expresso em afirmar que a atuação do Banco do Brasil S.A. ao longo da recuperação judicial não influi na classificação de seu crédito, de modo que, ao contrário do sustentado, os argumentos deduzidos pela requerente foram sopesados pelo acórdão recorrido. Daí se extrai que, em juízo perfuntório, não se vislumbra a alegação de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR -
EXTINÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR POR NÃO SE

VERIFICAR A PRESENÇA CONCOMITANTE DOS CORRELATOS REQUISITOS. INSURGÊNCIA DOS REQUERENTES.

1. A despeito da possibilidade de concessão de efeito suspensivo a recurso especial por meio de medida cautelar originária, tal pretensão apenas tem lugar quando presentes os seguintes requisitos: (a) plausibilidade dos fundamentos da insurgência, correspondente à demonstração de sua admissibilidade e a probabilidade de êxito, segundo a jurisprudência desta Corte; e, (b) prova do perigo concreto a justificar seu deferimento.

2. O agravante não logrou êxito em demonstrar a presença concomitante do periculum in mora, notadamente porque o simples início da execução provisória do julgado, em si, não encerra, propriamente, perigo de ineficácia do provimento jurisdicional perseguido por meio do recurso especial. Precedentes: MC 13346/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJ 25/10/2007, TERCEIRA TURMA, DJ 25/10/2007; MC 23.079/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 18/08/2014 (decisão monocrática).

3. Na hipótese em foco, a partir dos elementos colacionados aos autos, inexistente, no atual momento processual, qualquer ato destinado a autorizar a execução provisória do julgado, tampouco providência judicial sem a observância das cautelas próprias do procedimento executório.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg na MC n. 23.409/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 03/02/2015, DJe 20/02/2015)

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS.

1. Não vislumbrada a verossimilhança do direito alegado, tendo em vista a provável inadmissão do recurso pelo STJ, deve ser indeferido o pedido cautelar de atribuição de efeito suspensivo a recurso especial.

2. A simples existência de execução provisória não acarreta, por si só, dano irreparável, havendo em seu próprio sistema mecanismos para evitar tais danos (CPC, art. 588, II, agora substituído pelo art. 475-O, III), sem falar no efeito suspensivo dos embargos e da impugnação do executado, mormente em sendo relevantes os seus fundamentos. Havendo instrumento próprio para controlar eventuais riscos de dano, deve ele ser utilizado, não podendo, sem motivo relevante, ser simplesmente substituído por vias alternativas, como é o caso da medida cautelar.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg na MC 12.171/RJ, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 27/03/2007, DJ 20/09/2007, p. 218)

Ausentes, pois, os requisitos necessários à concessão da medida de urgência.

Em arremate, na esteira dos fundamentos acima delineados, indefiro

Superior Tribunal de Justiça

liminarmente a presente petição.

Publique-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator